



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano V Edição nº 957

Pág. 1 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Diário Oficial Eletrônico do Município de Ribeirão Claro
Lei Municipal nº 1003/2013, de 17 de Dezembro de 2013.

Mário Augusto Pereira

Prefeito Municipal

Afonso Dejalva da Silva

Secretário Municipal de Administração

Murilo Junior Diniz

Departamento de Informática - Diagramador

Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital.

Rua Coronel Emílio Gomes, 731 CEP: 86410-000

Fone: (43) 3536-1300 - Ramal: 221 / Fax: (43) 3536-1222

Ribeirão Claro - Paraná

Email: diariooficial@ribeiraoclaro.pr.gov.br

Site: www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

DIVISÃO DE PESSOAL - PMRC

PORTARIA Nº 383, DE 23 DE MAIO DE 2018.

Autoriza a abertura de Processo Seletivo Simplificado objetivando a contratação de Enfermeiro para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo determinado, conforme previsto no inciso V do art. 2º da Lei Complementar n.º 005/2006.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, VI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde para realização de Processo Seletivo Simplificado para Enfermeiro, objetivando suprir afastamento decorrente de licença maternidade e férias, conforme Ofício n.º 012/2018, de 16.01.2018; considerando o disposto no art. 37, IX, da Constituição Federal vigente bem como as disposições da Lei Complementar n.º 005, 29 de março de 2006, que dispõe sobre a contratação por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito deste município; considerando que o art. 2º da Lei Complementar n.º 005/2006, estabelece as situações de contratação que caracterizam necessidade temporária de excepcional interesse público; considerando que o inciso V daquele art. 2º, estabelece como necessidade temporária de excepcional interesse público a contratação de pessoal substituto para atender especificamente as áreas de saúde e educação, a fim de suprir as ausências temporárias de servidores em decorrência de licenças legalmente concedidas, por motivo de doença, aposentadoria, demissão e exoneração.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a abertura de Processo Seletivo Simplificado objetivando a contratação de Enfermeiro para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto no inciso V do art. 2º da Lei Complementar n.º 005/2006.

Art. 2º Os procedimentos e critérios a serem observados no Processo Seletivo Simplificado constarão de Edital próprio, e atenderão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e ao disposto na Lei Complementar n.º 005/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUMARIO

→ DIVISÃO DE PESSOAL - PMRC

PORTARIA Nº 383, DE 23 DE MAIO DE 2018. 01

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02

→ SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE RIBEIRÃO CLARO – PR

Extrato da Dispensa de Licitação por Limite n.º 026/2018 – (SAAE) 03

DECRETO Nº. 746/2018 04

DECRETO Nº. 747/2018 05

LEI N.º 1305/2018 06



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 2 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edifício da Prefeitura Municipal de
Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 23 de maio de
2018.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO DEJAVAL DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal que a este subscreve, **torna público**, nos termos da Norma Regulamentadora NR-05, aprovada pela Portaria MTB n.º 3214/78, que estarão abertas no período de **01 de junho de 2018 a 15 de junho de 2018**, as inscrições à eleição para a escolha de membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidente - CIPA, representantes dos servidores municipais, Gestão 2018/2019.

Os interessados em se inscrever deverão procurar o Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho - DSMT, localizado na Rua Cel. Emilio Gomes, 731, no período indicado acima, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, 23 de maio de 2018.

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 3 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE RIBEIRÃO CLARO – PR

Extrato da Dispensa de Licitação por Limite n.º 026/2018 – (SAAE)

Favorecido: TERRAPLENAGEM RIBEIRÃO CLARO
LTDA

CNPJ 13.274.465/0001-82

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços com Escavadeira Hidráulica de Esteira para ser realizado na Lagoa de Tratamento de Esgoto pertencente ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ribeirão Claro - Paraná, conforme orçamento anexo.

Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Dotação Orçamentária: 11.001 – 17.512.0017.2082 –
3.3.90.39.00.00

Fonte: 1.0076 – Recurso Próprio Exercício Corrente.

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA E
APROVADA e, todos os seus termos e
atos.

PUBLIQUE-SE.

Ribeirão Claro, 24 de maio de 2018.

Mauro Moreton
Diretor do SAAE



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 4 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

DECRETO Nº. 746/2018

Decreta feriado municipal no dia 08 de junho 2018.

O Prefeito Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, VI, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no art. 121, parágrafo único, alíneas “a” e “b”, da Lei Municipal nº 10, de 20 de junho 1.979,

DECRETA:

Art. 1º Feriado municipal no dia 08 de junho de 2018, em razão da data alusiva ao Sagrado Coração de Jesus, Padroeiro deste Município.

Art. 2º Ficam excluídos do recesso administrativo fixado neste Decreto, os plantões contínuos com ambulâncias, considerados de natureza essencial.

Parágrafo único: Os serviços de coleta de lixo, também considerados de natureza essencial, serão realizados no dia 09 de junho de 2018, sábado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 24 de maio de 2018.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 5 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

DECRETO Nº 747/2018

Decreta Estado de Emergência em decorrência da Greve Nacional dos Caminhoneiros

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas por lei, nos termos do inciso VI do art. 60 da Lei Orgânica do município de Ribeirão Claro-PR,

Considerando que a paralisação nacional dos caminhoneiros vem ocasionando prejuízos à manutenção dos serviços públicos ofertados pelo Município:-

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estado de emergência pública no município de Ribeirão Claro – Estado do Paraná, enquanto perdurar a dificuldade de abastecimento de combustíveis e alimentos.

§1º A Prefeitura de Ribeirão Claro no estado de emergência pública NÃO realizará o transporte escolar urbano, rural e serviços de máquinas.

§2º Conforme o avanço na gravidade de emergência, o município poderá adotar outras medidas que entender necessárias para manutenção dos serviços essenciais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 25 de maio de 2018.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 25 de maio de 2018.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 6 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Republicação na íntegra da Lei Municipal n.º 1.305/2018, que altera a Estrutura Organizacional Administrativa criada pela Lei n.º 520, de 31 de março de 2009, tendo em vista a ausência de publicação do organograma da estrutura organizacional administrativa constante do Anexo I e incorreções (repetição equivocada de numeração de artigos) na publicação original realizada na Edição n.º 2.161, do dia 11 de maio de 2018, do Jornal Pérola do Norte.

LEI N.º 1305/2018

Altera a Estrutura Organizacional Administrativa criada pela Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei introduz alterações na estrutura organizacional administrativa do município de Ribeirão Claro, criada pela Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009.

Art. 2º Fica criada a Coordenadoria de Transparência no Gabinete do Prefeito mediante a inclusão da alínea “b” no inciso I do art. 2º da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

Art. 2º.....

I.....

b) Coordenadoria de Transparência.

Art. 3º. Fica criada e inclusa na Seção I do Capítulo II da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, a Subseção II com o título “Coordenadoria de Transparência”.

Art. 4º. Fica criado o art. 3-B com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII na Subseção II intitulada Coordenadoria de Transparência, da Lei Municipal n.º 520, com a seguinte redação:

Subseção II

Da Coordenadoria de Transparência

.....

“Art. 3-B. Compete à Coordenadoria de Transparência estabelecer e supervisionar as atividades e trabalhos de Transparência Pública, assim como:

- I. Estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para atualização;
- II. Detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito da transparência ativa;
- III. Promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;
- IV. Gerir e atualizar as informações ativas no Portal da Transparência do Governo Municipal;
- V. Promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação;
- VI. Fiscalizar o fiel cumprimento pelas unidades gestoras das normas e orientações necessárias ao pleno funcionamento do portal da transparência do município de Ribeirão Claro;
- VII. Promover a articulação com órgãos, entidades e organismos estaduais e federais que atuem no campo da prevenção da corrupção, de promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 7 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

- VIII. Promover a execução de outras atividades designadas pela Administração, no âmbito de sua competência.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Administração passa a denominar-se Secretaria Municipal de Administração e Finanças, absorvendo para si as atribuições e responsabilidades da atual Secretaria Municipal de Finanças, ficando alterada a redação do inciso XVI do art. 2º da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009:

.....

“XVI – Secretaria Municipal de Administração e Finanças”

Art. 6º Fica alterado o título da Seção XI da Lei Municipal nº 520, de 31 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Seção XI

Da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 7º Fica alterado o art. 36 da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Seção XI

Da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

“**Art. 36.** A Secretaria Municipal de Administração e Finanças subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal compete à execução das atividades ligadas à administração geral da Prefeitura, especialmente no sentido de estabelecer metas e diretrizes para o melhor funcionamento da administração de uma forma ampla, bem como assessorar e executar as atividades relativas aos assuntos financeiros, fiscais, contábeis e orçamentários do município, bem como.”

Art. 8º Ficam criados os incisos IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV no art. 36 da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

.....

- IX. Coordenar a elaboração da proposta de orçamento, orientando e compatibilizando a elaboração de propostas parciais e setoriais e controlar sua execução;
- X. Elaborar e propor ao Prefeito Municipal a política fiscal e financeira do Município;
- XI. Emissão de pareceres e assessoramento em assuntos relativos à área financeira em outras secretarias;
- XII. Elaborar estudos, custos e levantamento de dados e indicadores financeiros, com a finalidade de otimizar recursos e orientar o planejamento e a gestão Municipal;
- XIII. Participação na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos anuais; acompanhamento e registro dos orçamentos e de todos os registros e demonstrativos contábeis;
- XIV. Supervisionar os registros dos dados eletrônicos do Município a serem enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme calendário determinado pela Corte de Contas;
- XV. Promover o acompanhamento contábil dos convênios e/ou parcerias da Prefeitura com outras entidades.

Art. 9º Os Departamentos de Tesouraria, Tributação, Contabilidade e Finanças passam a vincular-se à Secretaria Municipal de Administração e Finanças mediante a inclusão das alíneas “h”, “i”, “j” e “k” no inciso XVI do art. 2º da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

Art. 2º.....

XVI.....

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 8 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

h) Departamento de Tesouraria.

i) Departamento de Tributação.

j) Departamento de Contabilidade.

k) Departamento de Fiscalização.

Art. 10 Ficam criadas e incluídas na Seção XI da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, a Subseção IX com o título “Departamento de Tesouraria”, Subseção X com o título “Departamento de Tributação”, Subseção XI intitulada “Departamento de Contabilidade” e a Subseção XII intitulada “Departamento de Fiscalização”.

Art. 11 Fica criado o art. 44-A com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII na Subseção IX intitulada Departamento de Tesouraria da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

.....

“Art. 44-A Ao Departamento de Tesouraria subordinado diretamente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças compete efetuar os pagamentos devidos pelo tesouro, programar desembolsos financeiros relativos aos processos licitatórios, gerenciar as disponibilidades financeiras e preparar e manter atualizado o fluxo de caixa, bem como:

- I. Pagamento de Fornecedores;
- II. Classificação, contabilização e conferência das receitas;
- III. Serviços Bancários;
- IV. Emissão de Cheques e transferências bancárias;
- V. Autorizar ordens de débito e ou crédito;
- VI. Fazer a conciliação Bancária;
- VII. Movimentar recursos financeiros, na forma autorizada, obedecendo aos princípios gerais dos registros contábeis públicos;
- VIII. Efetuar, tempestivamente, o recolhimento das contribuições e encargos em favor dos respectivos órgãos;
- IX. Realizar a programação dos pagamentos aos fornecedores, prestadores de serviços e funcionalismos, de acordo com a ordem cronológica de vencimento;
- X. Aplicar as disponibilidades financeiras do Município no mercado de capitais, nos termos da legislação;
- XI. Verificar o recebimento de recursos públicos;
- XII. Comunicar a Unidade Gestora de Transferência sobre o recebimento de recursos vinculados;
- XIII. Controlar e programar aplicações financeiras;
- XIV. Processar a despesa, fiscalizar a regularidade das despesas, preparar ordens de pagamento e expedi-las com autorização do Prefeito Municipal;
- XV. Executar os pagamentos dos compromissos financeiros mediante comprovação de regularidade fiscal do fornecedor;
- XVI. Manter o controle sobre as disponibilidades financeiras em depósito bancário;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 9 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

- XVII. Liquidação no sistema financeiro e pagamento das despesas, elaboração de balancetes, demonstrativos e balanços, bem como a publicação dos informativos financeiros determinados pelo ordenamento jurídico”.

Art. 12 Fica criado o art. 44-B com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII na Subseção X intitulada Departamento de Tributação da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

.....

“**Art. 44-B** Ao Departamento de Tributação subordinado diretamente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças compete lançar, arrecadar e controlar tributos e receitas municipais, bem como:

- I. Orientar, executar, planejar, organizar e manter atualizado, os arquivos e dados cadastrais de imóveis, da indústria, do comércio e de serviço;
- II. Lançar, notificar e preparar a inscrição da dívida ativa, controlando sua arrecadação;
- III. Orientar os contribuintes sobre os pagamentos de taxas e tributos municipais, de acordo com a legislação vigente;
- IV. Promover a divulgação, mediante campanhas de orientação e publicação oficial, do lançamento dos tributos, datas de pagamentos, parcelamentos ou REFIS;
- V. Fornecer, a pedido do interessado, Certidão Negativa, ou Positiva de Débitos com discriminação de valores, indicando a situação do contribuinte perante o Fisco Municipal;
- VI. Promover o recebimento das declarações fiscais e verificar se as mesmas obedecem às normas regulamentares;
- VII. Sugerir medidas julgadas necessárias para melhorar o sistema de tributação municipal;
- VIII. Julgar em primeira instância, os processos de reclamações contra lançamentos e a cobrança de tributos, bem como os recursos interpostos pelos interessados, assim como os processos de infrações e apreensões de mercadorias, mantendo, reduzindo e cancelando as penalidades impostas, quando for o caso;
- IX. Inspeccionar os serviços de inscrição, cadastro, lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos;
- X. Verificar o cálculo e o lançamento dos tributos devidos ao Município, assim como, a inscrição dos inadimplentes em dívida ativa, providenciando sua cobrança em articulação com a Procuradoria do Município;
- XI. Conceder licenciamento, de acordo com a legislação em vigor, emitindo parecer em processos diversos, dentro das áreas de sua atribuição, realizando quaisquer diligências que se façam necessárias;
- XII. Registrar os “habite-se” das novas edificações, atualizando o cadastro fiscal;
- XIII. Promover sistematicamente comunicação aos contribuintes inadimplentes através dos meios disponíveis, procurando evitar o ingresso dos créditos em dívidas ativas judicial;
- XIV. Promover ações de cobrança dos créditos pendentes, bem como garantir a efetividade do sistema de parcelamento;
- XV. Promover a arrecadação dos tributos municipais de maneira a atender as exigências estabelecidas no orçamento municipal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando assim a sua inscrição em dívida ativa;
- XVI. Traçar diretrizes visando melhorar as ações de arrecadação, bem como exercer maior controle dos créditos tributários do exercício e os inscritos em dívida ativa;
- XVII. Atualizar, manter e modernizar o cadastro mobiliário, planta genérica de valores e zoneamento urbano”.

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 10 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 13 Fica criado o art. 44-C com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XIV e XXV na Subseção XI intitulada Departamento de Contabilidade da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

.....

“Art. 44-C Ao Departamento de Contabilidade subordinado diretamente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças compete exercer a contabilização orçamentária, financeira e patrimonial, bem como:

- I. Preparar balancetes, balanços e as prestações de contas;
- II. Efetuar o controle contábil das dotações orçamentárias da Prefeitura, bem como todos os procedimentos contábeis necessários à aquisição de bens ou contratação de serviços;
- III. Proceder ao controle legal e documental das despesas pagas e aplicações realizadas;
- IV. Proceder à análise dos registros contábeis, dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Município;
- V. Manter controle e registro atualizado dos contratos de operações de créditos realizados pelo Município;
- VI. Classificar contabilmente as receitas e despesas, emitindo empenhos;
- VII. Manter registro contábil pormenorizado, resultantes de transferências voluntárias que forem repassadas ao Município, bem como de sua aplicação, decorrentes de contratos, acordos, convênios e/ou outros termos;
- VIII. Prestação anual das contas e o cumprimento das exigências do controle externo, registros e controles contábeis, análise, controle e acompanhamento dos custos dos programas e atividades dos órgãos da Administração;
- IX. Análise do impacto financeiro e orçamentário quanto a criação e extinção de fundos especiais e o controle e a fiscalização da sua gestão;
- X. Informar sobre o comportamento da receita para fins de planejamento econômico-financeiro;
- XI. Processar, após o encerramento dos registros contábeis do mês, o balancete de verificação com os resultados da execução financeira, orçamentária e patrimonial, acompanhado das demonstrações quanto ao cumprimento em gastos com educação e saúde;
- XII. Processar, anualmente, o Balanço Geral do Município, acompanhado do Relatório circunstanciado da Execução Financeira, Orçamentária e Patrimonial, encaminhando-o aos órgãos competentes;
- XIII. Colocar as contas do Município, por ocasião das audiências públicas, à disposição dos contribuintes municipais, para exame e apreciação, nas condições e tempos pré-fixados pela legislação pertinente;
- XIV. Acompanhar e controlar a execução orçamentária; propor adequações e/ou alterações no orçamento em curso, mediante remanejamento ou abertura de créditos adicionais, na forma da Lei;
- XV. Contribuir tecnicamente, articuladamente com a coordenadoria de planejamento, coordenação do Controle Interno e demais órgãos e unidades, na preparação do PPA, da LDO, da LOA e dos planos de aplicação dos recursos;
- XVI. Prestar informações ou preparar relatórios sobre a execução, disponibilidade de recursos orçamentários, as medidas de limitação de empenho, através de sistemas que permitam antever a situação de créditos de acordo com a projeção da despesa;
- XVII. Controlar transferências voluntárias concedidas pelo Município, bem como, em conjunto com a Unidade Gestora de Transferências, acompanhar os prazos de vencimento da prestação de contas; dando ciência dos eventuais atrasos ou falta de prestação de contas aos setores competentes;

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br	De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013		
Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.	Ano V	Edição nº 957	Pág. 11 / 18
ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO			

- XVIII. Encaminhar ao Tribunal de Contas nos prazos legais, às informações sobre a execução financeira, orçamentária e patrimonial do Município;
- XIX. Gerenciamento dos recursos vinculados, por fonte de origem, que ingressarem na receita do Município, para utilização exclusiva ao objeto de sua vinculação;
- XX. Acompanhar os prazos de prestação de contas, notificando às secretarias municipais quanto ao vencimento de prazo;
- XXI. Orientar e analisar as prestações de contas referentes aos adiantamentos concedidos a servidores municipais;
- XXII. Elaborar, analisar e consolidar as prestações de contas informatizadas, dentro dos prazos estabelecidos;
- XXIII. Encaminhar aos órgãos competentes, nos prazos legais, os dados informatizados sobre a execução orçamentária financeira e patrimonial do Município;
- XXIV. Manter sob sua guarda cópia dos relatórios das prestações de contas informatizadas e impressas;
- XXV. Manter livro diário e razão, permanentemente, disponível às fiscalizações externas, durante prazo legal”.

Art. 14 Fica criado o art. 44-D com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, na Subseção XII intitulada Departamento de Fiscalização da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

.....

“**Art. 44-D** Ao Departamento de Fiscalização subordinado diretamente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças compete exercer a fiscalização dos tributos municipais organizando planos de fiscalização e propondo medidas para sua fiel execução e aperfeiçoamento, bem como:

- I. Promover a realização de vistorias com vista à concessão de licença de utilização e respectivo alvará;
- II. Realizar diligência no curso de suas atividades, lavrando os competentes autos de infração;
- III. Fazer vistorias e inspeções, lavrar autos de infração de acordo com as disposições legais e aplicação das sanções, parecer de interdição de estabelecimentos ou serviços bem como de cassação da respectiva licença de localização ou funcionamento;
- IV. Exercer a fiscalização do cumprimento da legislação municipal de posturas;
- V. Emitir parecer sobre a aprovação ou negação, por descumprimento a legislação vigente, dos pedidos de emissão de alvarás para construção de edificações ou para reformas, modificação, regularização;
- VI. Orientar e executar a fiscalização preventiva de áreas de interesse do Município, informar, esclarecer e acompanhar os procedimentos a serem desenvolvidos;
- VII. Fiscalizar as obras e edificações públicas e particulares do Município;
- VIII. Desenvolver programas de orientação e conscientização sobre a necessidade de emissão de notas fiscais, notas de produtor ou equivalentes, como forma de alavancar a arrecadação municipal;
- IX. Promover o acompanhamento e a fiscalização da arrecadação das transferências intragovernamentais no âmbito do Município de Ribeirão Claro;
- X. Supervisionar a arrecadação dos tributos de competência do Município e outros oriundos de repasses dos Governos Estadual e Federal, adotando as medidas cabíveis para a sua otimização”.

Art. 15 Ficam revogados os arts. 31, 32, 33, 34 e 35 da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 12 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 16 A Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esportes e Lazer, passa a ter a seguinte denominação, ficando alterada a redação do inciso XVIII no art. 2º da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009:

Art. 2º.....

XVIII – Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente.

Art. 17 Fica alterado o título da Seção XIII da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Seção XIII

Da Secretaria Municipal Turismo e Meio Ambiente

Art. 18 Fica alterado o art. 49-A da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

“Art. 49-A A Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente órgão subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal compete coordenar o processo de formulação, aprovação, avaliação e atualização da Política Municipal do Turismo e Meio Ambiente, bem como:”

Art. 19 Fica criada a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que passa a integrar a estrutura administrativa organizacional com a inclusão do inciso XIX no art. 2º da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

Art. 2º.....

XIX – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Art. 20 Fica criada e inclusa na Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, a Seção XIV intitulada “Secretaria Municipal de Esportes e Lazer”.

Art. 21 Fica criado o art. 49-G com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI e XXXII na Seção XIV intitulada “Secretaria Municipal de Esportes e Lazer” da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

.....

“Art. 49-G A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, tem por objetivo fomentar práticas esportivas, como incentivo à integração sociocultural e à preservação da saúde integral do cidadão, bem como:

- I. Garantir a todos os cidadãos o pleno exercício de direitos e de acesso às fontes de esportes, apoiando e incentivando a valorização e a difusão de suas manifestações, com respeito à liberdade e à pluralidade de expressão;
- II. Desenvolver programas e atividades esportivas para as escolas públicas e organizações comunitárias, fornecendo o suporte técnico necessário;
- III. Estimular e apoiar o preparo de pessoas que demonstrem aptidão e talento para o esporte;
- IV. Administrar as praças de esportes, unidades desportivas integrantes da municipalidade, preservando e cuidando de sua manutenção;
- V. Apoiar as práticas esportivas, no atendimento aos diversos grupos sociais do Município;
- VI. Firmar convênios para consecução de seus objetivos;
- VII. Formular e executar a política esportiva do Município, em suas diferentes modalidades;
- VIII. Sediар eventos esportivos;

DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de **Ribeirão Claro** dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br	De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013		
Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.	Ano V	Edição nº 957	Pág. 13 / 18
ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO			

- IX. Proporcionar a integração e o conagraçamento, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas e recreativas;
- X. Manter e adequar a infraestrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da secretaria;
- XI. Intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- XII. Desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- XIII. Executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XIV. Exercer o controle orçamentário no âmbito da secretaria;
- XV. Efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da secretaria;
- XVI. Zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XVII. Formular e desenvolver a Política Municipal de Esportes coordenando e incentivando a realização de atividades físicas, desportivas e recreativas, com ênfase para o esporte amador e o esporte de massa;
- XVIII. Buscar e/ou prestar colaboração às instituições públicas ou privadas, de modo a estimular as iniciativas esportivas;
- XIX. Elaborar, orientar e fiscalizar a execução de Calendário Municipal de Eventos, sempre em consonância com as demais Secretarias, cujas finalidades sejam afins;
- XX. Organizar na periodicidade determinada, a escala de férias regulamentares para o ano seguinte e remeter ao Departamento de Recursos Humanos, visando eliminar o acúmulo indevido de mais de um período de férias;
- XXI. Definir diretrizes e desenvolver políticas públicas para o desenvolvimento do esporte em todas as suas dimensões: educacional, participação e rendimento, contribuindo para o acesso da população à prática esportiva;
- XXII. Propor e executar programas, projetos, eventos e ações esportivas, considerando os interesses, a cultura local e a diversidade cultural das comunidades;
- XXIII. Gerir, executar e avaliar convênios e parcerias estabelecidas com associações e entidades públicas e privadas para a implantação de programas e para a realização de atividades de esportes e lazer;
- XXIV. Coordenar as atividades de planejamento, implantação e controle de equipamentos esportivos no Município;
- XXV. Executar as atividades necessárias à implantação, conservação e manutenção de áreas para a prática esportiva;
- XXVI. Realizar estudos e pesquisas com vistas ao desenvolvimento do esporte como fator de reintegração social, destinados, em especial, a crianças e jovens em situação de exclusão e risco social, à terceira idade e a pessoas com deficiência;
- XXVII. Promover ações que visem à preservação e à recuperação da memória esportiva no Município;
- XXVIII. Apresentar ao Setor de Planejamento o calendário de realizações desportivas e os Projetos de natureza desportiva, observado o PPA em tempo hábil, para a devida inclusão na Lei Orçamentária;
- XXIX. Planejar a política municipal para o desenvolvimento do desporto;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 14 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

XXX. Fomentar o desporto municipal, através da promoção e apoio a programas, eventos e competições desportivas, incentivando a prática do esporte, especialmente entre jovens e crianças;

XXXI. Garantir a difusão da prática do esporte nas comunidades em geral, criando, mantendo e incentivando a utilização plena dos equipamentos esportivos e áreas de lazer e esporte”.

Art. 22 O Departamento de Esportes, juntamente com a Divisão de Núcleos Esportivos e a Subdivisão Núcleo Esportivo de Futebol e Futsal passam a vincular-se à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer mediante a inclusão da alínea “a”, item 1 e subitem 1.1 no inciso XIX do art. 2º da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

Art. 2º.....

XIX.....

a) Departamento de Esportes.

1) Divisão de Núcleos Esportivos.

1.1) Núcleo Esportivo de Futebol e Futsal.

Art. 23 Fica criada e inclusa na Seção XIV do Capítulo II da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, a Subseção I com o título “Departamento de Esportes”.

Art. 24 Fica criado o art. 49-H com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX na Subseção I intitulada Departamento de Esportes, da Lei Municipal n.º 520, com a seguinte redação:

Subseção I

Do Departamento de Esportes

.....

“**Art. 49-H** O Departamento de Esportes, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, tem por objetivo fomentar práticas esportivas, competindo-lhe ainda:

- I. Promover ações e projetos esportivos que motivem a participação da população de modo que se articulem com projetos de incremento ao turismo e lazer;
- II. Viabilizar a implantação de Escolas esportivas nas diversas áreas;
- III. Elaborar programas de desenvolvimento do esporte amador e de eventos desportivos de caráter popular, propondo normas e regulamentos para a organização e o funcionamento dos mesmos;
- IV. Estimular as competições desportivas entre as entidades organizadas no Município;
- V. Realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
- VI. Incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
- VII. Implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela secretaria;
- VIII. Organizar e promover certames de competições esportivas e recreativas;
- IX. Outras atividades correlatas compatíveis à área de atuação.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 15 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 25 Fica criada e inclusa na Seção XIV do Capítulo II da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, a Subseção II com o título “Divisão de Núcleos Esportivos”.

Art. 26 Fica criado o art. 49-I na Subseção II intitulada Divisão de Núcleos Esportivos da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

Subseção II

Da Divisão de Núcleos Esportivos

.....

“Art. 49-I A Divisão de Núcleos Esportivos, subordinada ao Departamento de Esportes tem por finalidade democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, mediante a implantação de núcleos, com modalidades esportivas individuais e coletivas, incentivando o acesso de crianças, adolescentes e jovens às práticas do programa, sem qualquer distinção ou discriminação, de tal forma a desenvolver seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo”.

Art. 27 Fica criada e inclusa na Seção XIV do Capítulo II da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, a Subseção III com o título “Divisão de Núcleo Esportivo de Futebol e Futsal”.

Art. 28 Fica criado o art. 49-J com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI na Subseção III intitulada Divisão de Núcleo Esportivo de Futebol e Futsal da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

Subseção III

Da Divisão de Núcleo Esportivo de Futebol e futsal

.....

“Art. 49-J Ao Núcleo Esportivo de Futebol e Futsal subordinado à Divisão de Núcleos Esportivos compete elaborar, planejar e desenvolver programas desportivos direcionados ao futebol e ao futsal dentro do Município, incentivando sua prática de maneira efetiva, bem como:

- I. Promover medidas gerais de incentivo ao futebol e futsal amador por meio de práticas desportivas desenvolvidas em parques, praças e outros próprios públicos com fulcro de desenvolver o desporto;
- II. Elaborar calendários esportivos para planejar e sistematizar os programas, campeonatos, competições em geral, bem como incentivar dando apoio a eventos no segmento desportivo;
- III. Promover a prática desportiva aos portadores de necessidades especiais, como forma de inclusão social e promoção da saúde;
- IV. Organizar campeonatos municipais amadores em futebol e futsal, além de apoiar outras competições que lhe forem pertinentes;
- V. Realizar planejamento estratégico de ações em projetos e programas desenvolvidos;
- VI. Integrar o Município em competições locais, regionais, estaduais e nacionais, com representação efetiva ou apoiando segmentos esportivos que nela participem, dentro das possibilidades financeiras e políticas públicas adequadas;
- VII. Dirigir ações de educação preventiva, de forma continuada, por meio de escolinhas de futebol e futsal, com o foco no indivíduo e seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de qualquer tipo de drogas, contribuindo para a redução do risco de danos à sociedade;
- VIII. Manter e preservar a infraestrutura de esporte, sob sua responsabilidade;
- IX. Oferecer às crianças, adolescentes e jovens a oportunidade de frequentarem um espaço criativo e de incentivo ao desenvolvimento não só esportivo, mas educacional e cultural;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 16 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

- X. Estabelecer, mecanismos e instrumentos pedagógicos de frequência e registro das atividades desenvolvidas diariamente, que deverão ser apresentados à coordenação-geral na forma de relatórios;
- XI. Desenvolver o planejamento semanal e mensal das atividades esportivas, de forma a organizar as práticas relativas ao ensino-aprendizagem dos participantes e o melhor desempenho funcional do núcleo.

Art. 29 O Departamento de Lazer passa a vincular-se à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, mediante a inclusão da alínea “b” no inciso XIX do art. 2º da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 2º

XIX -

a)

b) Departamento de Lazer.

Art. 30 Fica criada e inclusa na Seção XIV do Capítulo II da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009, a Subseção IX com o título Departamento de Lazer.

Art. 31 Fica criado o art. 49-K com os incisos I a X na Subseção IX intitulada Departamento de Lazer, com a seguinte redação:

Subseção IX

Departamento de Lazer

“**Art. 49-K** O Departamento de Lazer órgão vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, tem por objetivo fomentar atividades de lazer, como incentivo à integração sócio-cultural, promover a cultura do lazer junto à população, desenvolvendo ações educativas, sócio-recreativas visando à ocupação do tempo disponível de forma criativa, competindo-lhe ainda:

I – oportunizar a população, a iniciação ao lazer, como estímulo para o seu desenvolvimento integral numa ação sócio-educativa;

II – atender em caráter preventivo, as crianças e adolescentes, oferecendo-lhes acesso a atividades educativas e culturais que contribuam para seu crescimento pessoal e social, oportunizando também o seu ingresso, permanência e regresso à escola;

III – propiciar a prática consciente de atividades recreativas e de lazer através das escolas;

IV – propiciar atividades destinadas à terceira idade;

V – integrar as atividades comunitárias nas diferentes áreas: saúde, meio ambiente e turismo;

VI – elaborar e fazer executar o calendário de lazer do município;

VII – celebrar acordos e convênios com órgãos do governo: federal, estadual e outros, voltados para as atividades de lazer;

VIII – promover o intercâmbio com outros municípios, objetivando o crescimento e elevação do nível técnico das atividades de lazer;

IX – implantar e coordenar planos e programas de lazer, visando o estímulo a esta atividade no município;

X – proporcionar a formação de hábitos saudáveis através de cada modalidade desenvolvida.

Art. 32 Fica alterado o art. 49-B que passa a vigorar com a seguinte redação:



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

Ano V

Edição nº 957

Pág. 17 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

“Art. 49-B O Departamento de Fomento ao Turismo e Meio Ambiente, órgão vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, compete promover e coordenar, direta e indiretamente o desenvolvimento das atividades de preservação do meio ambiente e o desenvolvimento turístico do município, competindo-lhe ainda:”

Art. 33 Revogar as alíneas “a” e “b” do inciso XVIII do art. 2º, arts. 18-A, 18-B, 18-C, incisos XVII, XVIII, XXIV, XXV, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXXII, XXIII, XXVI, XXX, XXXI, XXXIII e XXXIV do art. 49-A, arts. 49-C e 49-F, todos da Lei Municipal n.º 520, de 31 de março de 2009.

Art. 34 O organograma da estrutura organizacional administrativa do Poder Executivo Municipal, aprovado pela Lei Municipal n.º 520/2009, com as modificações desta Lei passa a ter a representação gráfica definida no Anexo I.

Art. 35 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 04 de maio de 2018.

MÁRIO AUGUSTO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PR

www.ribeiraoclaro.pr.gov.br

Ribeirão Claro – PR, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2018.

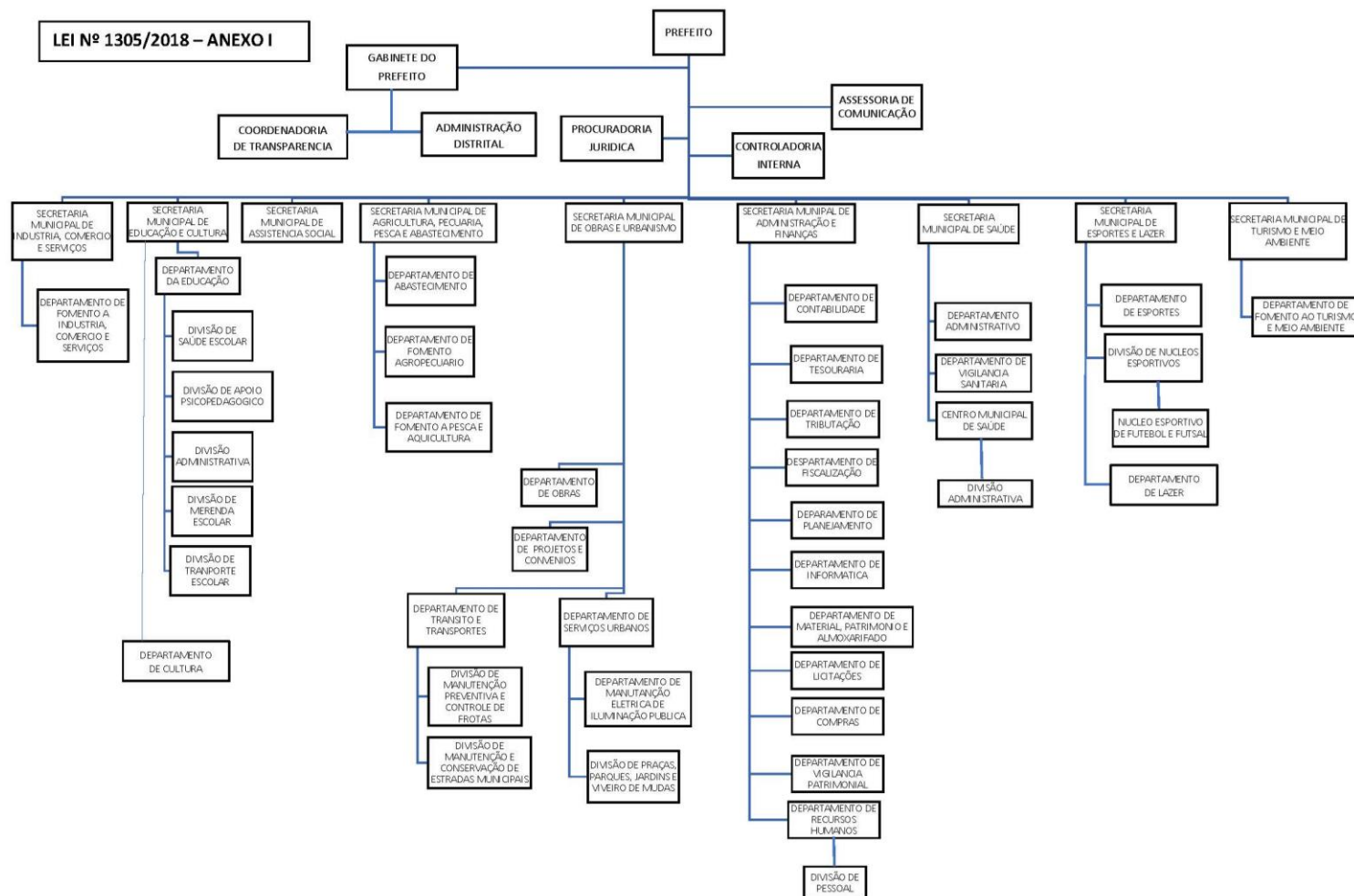
De acordo com a Lei Municipal nº 1003/2013

Ano V

Edição nº 957

Pág. 18 / 18

ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO



DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de **Ribeirão Claro** dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.ribeiraoclaro.pr.gov.br